



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2024
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da suspeita que um grupo de servidores da Receita Federal do Brasil - RFB, realizaram acesso de forma irregular a dados sigilosos de alvos determinados, com fins políticos, visando prejudicar certos parlamentares.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda, em relação a suspeita que um grupo de servidores da Receita Federal do Brasil - RFB, realizaram acesso de forma irregular a dados sigilosos de alvos determinados, com fins políticos, visando prejudicar certos parlamentares.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

Quem foi o responsável pela iniciativa e decisão para realizar a operação de aquisição?

- 1) Quais medidas foram adotadas pelo Ministério da Fazenda ao tomar conhecimento das suspeitas de acessos irregulares a dados sigilosos por parte de servidores da Receita Federal em relação ao ex-deputado e atual senador da república Flávio Bolsonaro?
- 2) Ocorreu o acesso aos dados de outras pessoas, políticos e parlamentares? Se sim, quem são essas pessoas?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 17/07/2024 12:52:11.680 - MESA

RIC n.2597/2024

- 3) Houve alguma auditoria ou investigação interna específica conduzida para verificar a extensão e os detalhes dessas suspeitas?
- 4) Como foram realizados determinados acessos? *(Favor especificar cada um deles)*
- 5) Quais protocolos de segurança estavam em vigor na época para proteger os dados sigilosos de contribuintes contra acessos não autorizados?
- 6) Foram identificadas falhas nos sistemas de controle interno que possam ter permitido esses acessos irregulares?
- 7) Como funciona o acesso ao Relatório de Inteligência Financeira (RIF) pelos servidores?
- 8) Quais ações disciplinares foram tomadas contra os servidores suspeitos de acessarem dados sigilosos de forma irregular?
- 9) Esses servidores foram afastados de suas funções durante o processo de investigação?
- 10) Qual a atual situação desses servidores? Eles continuam afastados de suas funções? Foram punidos? Se sim, qual a punição imposta?
- 11) As investigações indicaram evidências de que os acessos irregulares tiveram motivações políticas, especificamente visando prejudicar o então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, outros parlamentares e outras pessoas?
- 12) Foram identificadas ligações entre os servidores suspeitos e qualquer grupo ou indivíduo com interesses políticos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 17/07/2024 12:52:11.680 - MESA

RIC n.2597/2024

- 13)O Ministério da Fazenda cooperou plenamente com outras autoridades, como o Ministério Público ou a Polícia Federal, durante as investigações?
- 14)Quais foram os principais desafios enfrentados durante a colaboração com essas autoridades?
- 15)Como o Ministério da Fazenda comunicou ao público e aos parlamentares sobre o andamento e os resultados das investigações?
- 16)Houve algum esforço para garantir a transparência do processo e tranquilizar a população sobre a integridade das operações da Receita Federal?
- 17)Quais medidas foram implementadas desde então para fortalecer a segurança dos dados sigilosos e prevenir futuros acessos irregulares?
- 18)Foram realizadas revisões ou atualizações nos protocolos de segurança e nos sistemas de monitoramento de acesso?
- 19)Como o Ministério da Fazenda avalia o impacto dessas suspeitas sobre a confiança pública na Receita Federal e nas instituições governamentais em geral?
- 20)Que ações adicionais estão sendo planejadas para restaurar a confiança do público e assegurar a integridade das operações da Receita Federal?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Fazenda, entenda como relevantes, que possam esclarecer as ações tomadas pelo Ministério da Fazenda em resposta às suspeitas de acessos irregulares e garantir a transparência e a responsabilidade na gestão de dados sigilosos dos contribuintes.





JUSTIFICAÇÃO

Em 2020, surgiram graves acusações envolvendo um grupo de servidores da Receita Federal do Brasil (RFB) que, supostamente, teriam realizado acessos irregulares a dados sigilosos de alvos específicos, com motivações políticas. Entre os alvos estaria o então, à época, Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro, assim como pode ter acontecido com outras pessoas e parlamentares.

Segundo notícias veiculadas na imprensa¹, em 2020, o ex-presidente Jair Bolsonaro sugeriu que advogadas do senador Flávio Bolsonaro conversassem, com os chefes do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Receita Federal, para tentar rastrear acessos supostamente irregulares e ocultos a dados bancários do parlamentar que resultaram na investigação da “rachadinha”.

A transcrição é de um áudio gravado pelo ex-diretor da Abin na gestão Bolsonaro, Alexandre Ramagem, em que participavam o ex-presidente, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e as advogadas de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e foi divulgado no dia 15 de julho do corrente ano, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda, a reportagem expõe que durante toda a reunião, que dura uma hora e oito minutos, as advogadas de Flávio – Luciana Pires e Juliana Bierrenbach – explicam a Bolsonaro, Ramagem e Heleno que haveria um grupo de auditores na Receita no Rio de Janeiro que vasculhariam, de forma irregular, dados sigilosos de alvos determinados, com fins políticos. Segundo elas, Flávio estaria sendo vítima desse esquema por ser filho do presidente da República, enquanto outros deputados estaduais investigados estariam impunes. *“Tudo que acontece com o Flávio nunca aconteceu com nenhum parlamentar em nenhum lugar, muito menos o Rio de Janeiro. E a gente descobriu coisas assim, muito graves, a gente chegou à conclusão que o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Flávio foi encomendado”*, disse a advogada Luciana Pires.

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bolsonaro-sugeriu-acionar-receita-e-serpro-para-provar-perseguido-a-flavio/amp/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 17/07/2024 12:52:11.680 - MESA

RIC n.2597/2024

Destaca-se, que os servidores envolvidos teriam acessado informações confidenciais de Flávio Bolsonaro para obter dados que poderiam ser usados politicamente, com o intuito de constranger ou desestabilizar essa figura pública. Determinada prática, além de ilegal, representa um sério desvio ético e profissional, colocando em risco a integridade da Receita Federal e a confiança da população nas instituições públicas.

A Receita Federal é responsável por administrar tributos federais e controlar aduanas, possuindo um sistema abrangente de informações fiscais e financeiras dos contribuintes. O acesso a esses dados é restrito e protegido por protocolos rigorosos de segurança para garantir a privacidade e evitar abusos. No entanto, a denúncia sugere que esses protocolos foram violados deliberadamente por alguns servidores.

Logo, este episódio ressalta a importância de reforçar os mecanismos de controle e auditoria dentro dos órgãos públicos para prevenir abusos de poder e garantir que os dados sigilosos dos cidadãos sejam protegidos de maneira adequada. A confiança nas instituições é fundamental para a manutenção de um Estado democrático e de direito, e casos como este devem ser tratados com a seriedade que merecem.

Pelo exposto, apresenta-se esse requerimento de informação, esperando que medidas sejam tomadas pelo Ministério da Fazenda e pela Receita Federal, com o objetivo de restaurar a confiança da população e assegurar que os responsáveis por quaisquer atos ilícitos enfrentem as devidas consequências.

Sala das Sessões, em de , de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

